

Exmo. Senhor Presidente
FICHA DE INSCRIÇÃO PARA SERVIÇO DE TRANSPORTE ADAPTADO

A - IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE (Obrigatório o preenchimento no caso do beneficiário não ser o mesmo que o requerente, situação que se aplica a menores de 18 anos de idade ou outros dependentes)

Nome completo:

Contacto telefónico:

Endereço de correio eletrónico:

B - IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO DO SERVIÇO *

Nome completo

Data de Nascimento:

Tipo de Documento de Identificação Civil

BI / CC n.º _____ válido até __/__/__

Passaporte n.º _____, emitido por Entidade _____, válido até __/__/__

Título de Autorização de Residência n.º _____, válido até __/__/__

Residência (localidade, Av/Rua, n.º polícia, Código postal)

C- OBJETIVO DO TRANSPORTE*:

Frequência de valências educativas Ano de escolaridade

Reabilitação física e/ou socioprofissional

Frequência de Atividades Ocupacionais

Formação Profissional

Apoio a idosos dependentes

Tratamentos médicos

Lazer e tempos livres

D - ELEMENTOS A CONSIDERAR SOBRE O BENEFICIÁRIO*:

Tipo de deficiência:

Motora Mental Sensorial

Outra:

Utilização de cadeira de rodas Sim Não

Caso a mobilidade se efetue mediante cadeira de rodas indique se a mesma é: Manual Elétrica

E – ITINERÁRIO E HORÁRIOS DE TRANSPORTE PRETENDIDOS*

Identificar os dias da Semana:

Local de Origem:

Local de Destino:

Horário previsto:

Chegada ao destino:

Saída do destino:

Anexos

- Para efeito de comprovação da situação de deficiência juntar copia do Atestado Médico de Incapacidade Multiuso do beneficiário;
- Para efeitos de comprovação da situação económica, juntar cópia da nota de liquidação do IRS relativo ao agregado do beneficiário.

Os campos assinalados com * são de preenchimento obrigatório.

Informação sobre o tratamento de dados pessoais
(Artigo 13.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados)

Responsável pelo tratamento de dados pessoais – O Município de Oeiras, pessoa coletiva de direito público n.º 500 745 943, com sede no Edifício dos Paços do Concelho, Largo Marquês de Pombal, 2784-501 Oeiras é o responsável pelo tratamento dos dados.

Finalidade de Recolha e Tratamento de Dados Pessoais – Os dados pessoais são recolhidos para efeito de solicitação do serviço de transporte adaptado de munícipes com deficiência ou mobilidade reduzida.

Licitude do tratamento de dados pessoais – A licitude de tratamento de dados pessoais fundamenta-se no previsto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD, dado ser necessário para a eventual disponibilização do serviço aos utentes no âmbito do cumprimento de obrigações jurídicas que recaem sobre o Município, na qualidade de responsável pelo tratamento de dados em matéria de ação social, previstas na alínea h) do n.º 2 do artigo 23º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais.

As candidaturas são submetidas através de formulário disponibilizado no sítio eletrónico do Município, mediante prévia autenticação com Cartão de cidadão ou Chave Move! Digital (CMD), fundamentando-se a licitude da recolha e tratamento de dados pessoais no disposto na Lei n.º 37/2014, de 26 de junho, que estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na *Internet* da Administração Pública.

Os dados pessoais recolhidos serão objeto de tratamento pelo Município de Oeiras e/ou pelos seus subcontratantes, caso em que o tratamento de dados é regulado por contrato ou outro ato normativo, em conformidade com o disposto no artigo 28.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (RGPD).

Categorias de Dados Pessoais – O Município tem necessidade de recolher os dados de identificação do candidato, incluindo a nacionalidade, bem como os dados de contacto do Requerente.

Verifica-se ainda a necessidade de recolha do endereço de correio eletrónico e contato telefónico do Requerente, para efeito de emissão automática e **registo único de pedido** e ulterior tramitação do mesmo, designadamente através de um serviço de mensagens curtas (SMS).

Transferência de Dados – O tratamento de dados a efetuar não implica por regra a transferência dos seus dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais, situados fora da União Europeia ou que não pertençam ao Espaço Económico Europeu, a menos que seja obrigado a fazê-lo por força de normas legais a que está sujeito nos termos do Direito da União Europeia ou da legislação nacional.

Sempre que implique uma transferência internacional de dados pessoais para um país terceiro ou organização internacional, apenas ocorrerá caso exista uma decisão de adequação adotada pela Comissão Europeia ou, no caso das transferências mencionadas nos artigos 46.º ou 47.º, ou no artigo 49.º n.º 1, segundo parágrafo do RGPD, a referência às garantias apropriadas ou adequadas e aos meios de obter cópia das mesmas, ou onde foram disponibilizadas.

Prazo de conservação dos dados pessoais – O prazo de conservação de dados pessoais é o que estiver fixado por norma legal ou regulamentar ou, na falta desta, o que se revele necessário para a prossecução da finalidade do tratamento de dados. Na ausência de uma norma legal específica, os dados recolhidos serão conservados pelos prazos previstos no Regulamento para a Classificação e Avaliação da Informação Arquivística da Administração Local, aprovado pela Portaria n.º 112/ 2023, de 27 de abril.

Direitos do titular dos dados – O Município de Oeiras designou um Encarregado de Proteção de Dados para assegurar as relações com os titulares dos dados nas matérias abrangidas pelo RGPD e pela legislação nacional em matéria de proteção de dados.

O titular dos dados pode exercer, a todo o tempo e de forma gratuita, os seus direitos de acesso, retificação, oposição, limitação, apagamento e portabilidade dos dados pessoais, bem como o direito de retirar o consentimento quando o tratamento de dados se basear na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º ou na alínea a) do n.º 2 do art.º 9.º, ambos do RGPD, através do endereço de correio eletrónico epd@oeiras.pt.

O titular dos dados tem o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente, nomeadamente à [Comissão Nacional de Proteção de Dados](#) (CNPD), Av. D. Carlos I, 134 – 1.º, 1200-651 Lisboa.

Para mais informações, consulte a [Política de Privacidade do Município de Oeiras](#), no site do município.

Declaro que li e compreendi a Informação sobre o tratamento de dados pessoais*

Oeiras, de de

Assinatura

